



ÁGUAS QUE NÃO VÃO PARA O MAR¹

Controle territorial e escassez hídrica no alto-médio rio São Francisco –
MG

Marília Raiane Rodrigues Silva ²

RESUMO

O alto-médio São Francisco, região de encontro entre os biomas da Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica, foi historicamente marcado pelo regime das pequenas e médias fazendas de gado até meados da década de 1970. As políticas de incentivo à plantação de eucalipto que se deram no Norte e Noroeste de Minas Gerais a partir da década de 1960, quando o Brasil vivia seu processo de abertura ao investimento internacional e, ao mesmo tempo, um esforço interno de integração econômica daquelas regiões ditas “atrasadas”, representou um verdadeiro divisor de água na vida da população local. Dentre as implicações desse processo, estão as transformações nas relações de sociais e de trabalho e as alterações no ciclo hidrológico das áreas onde nascem os principais afluentes do São Francisco. O processo de seca das veredas no Norte de Minas ao longo dos últimos anos vem gerando consequências que se expandem para além daqueles locais de grilagem e desmatamento da vegetação, indo ao encontro de questões tipicamente urbanas como o crescimento das periferias e aumento do controle do comércio local por agentes externos.

Palavras-chave: rio São Francisco, escassez hídrica, controle territorial, grilagem de terras.

RESUMEN

La región del medio-alto río São Francisco, donde confluyen los biomas de Caatinga, Cerrado y Mata Atlántica, estuvo históricamente marcado por el régimen de las pequeñas y medianas ganaderías. Las políticas de incentivo a la plantación de eucalipto que se llevaron a cabo en el norte y noroeste de Minas Gerais a partir de la década de 1960, cuando Brasil atravesaba su proceso de apertura a la inversión internacional y, al mismo tiempo, un esfuerzo interno de integración económica de esas regiones llamadas "atrasadas", supusieron un verdadero hito en la vida de la población local. Entre las implicaciones de este proceso se encuentran cambios en las relaciones sociales y laborales y cambios en el ciclo hidrológico de las áreas donde nacen los principales afluentes del São Francisco. El proceso de sequía en los senderos del norte de Minas durante los últimos años ha generado consecuencias que se extienden más allá de aquellas áreas de acaparamiento de tierras y deforestación, atendiendo problemáticas urbanas típicas como el crecimiento de la periferia y el mayor control del comercio por parte de agentes externos.

¹ Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “Nas margens do rio Peruaçu: a apropriação da natureza e a natureza das práticas”, defendida em 2021 no programa de pós graduação em geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa contou com financiamento do CNPq.

² Doutoranda no programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail de contato: marilia.raiane@hotmail.com



Palabras clave: rio São Francisco, escasez de agua, control territorial, acaparamiento de tierras.

1. Introdução

A política econômica de diversificação das exportações brasileiras, iniciada ainda no governo Vargas, marcou o início de profundas reconfigurações na estrutura agrária nacional. A chamada *modernização agrícola* estabeleceu-se no quadro geral brasileiro como um processo contraditório. Na medida em que a industrialização do país oferecia subsídios para uma modernização na produção agrícola - até então baseada na exploração quase exclusiva do café - a grilagem de terras e a concentração fundiária também avançavam.

O desenvolvimento de pesquisas e técnicas em agronomia para a correção dos solos do Cerrado, região vista até então como um grande vazio demográfico e de terras improdutivas, permitiu com que este ambiente passasse a arrogar para si o título de “celeiro do mundo”, por sua potencialidade econômico-produtiva. Não obstante, tal avanço técnico-científico e o crescimento econômico a ele associado sedimentavam formas tipicamente brasileiras de desenvolvimento capitalista, fundada em uma profunda aliança entre terra e capital para a reprodução das classes dominantes (PRIETRO, 2020).

O alto-médio São Francisco, região de encontro entre os biomas da Caatinga, do Cerrado e da Mata Atlântica, foi historicamente marcada pelo regime das pequenas e médias fazendas de gado. No início do século XVIII, quando do apogeu do ciclo da mineração, fora incorporada ao circuito de produção e distribuição de mercadorias que emanava das zonas mineradoras, na condição de “zona de abastecimento”. Apesar disso, sua condição de isolamento em relação aos principais centros econômicos durara muitos séculos. A abertura do país a investimentos externos, a partir da década de 1960, bem como a necessidade de expandir as fronteiras agrícolas brasileiras, fez com que o sertão mineiro passasse a ser alvo de maior interesse produtivo por parte do Estado.

A chegada das “firmas” ao Norte de Minas a partir da década de 1970 é evento sempre presente nos relatos de moradores locais. As ação de intervenção do estado sobre terras consideradas devolutas, especialmente os chamados ‘gerais’³, implicou em

³ O “gerais” possui asseções muito diversas a depender da região a qual se está analisando. Em se tratando de paisagem, o gerais corresponde aos planaltos que se estendem desde o Oeste e Noroeste de Minas Gerais até ao Piauí e ao Maranhão (ROSA, 2003). Nogueira (2009) reconhece o gerais do Norte de



expulsão camponesa, além de profundas transformações nas relações de trabalho. A ênfase na atividade do “reflorestamento” visava oferecer suporte à indústria de celulose que se aquecia. Posteriormente, esta deu lugar à produção de carvão vegetal a fim de atender à indústria siderúrgica mineira (COSTA, 2017). A preferência pelas áreas de chapadas, por serem altas e planas, encontrou no gerais o ‘terreno fértil’ para o grande empreendimento agroindustrial do eucalipto. A regularização fundiária realizada pelo estado beneficiou proprietários de terra interessados na produção do eucalipto, em detrimento de posseiros, sitiantes e agregados já residentes na região.

As décadas que se seguiram a 1970 foram protagonizadas pelo *êxodo rural*, processo que marcou profundamente os contornos observados no contexto regional aqui apresentado. Em paralelo, houve a ascensão de movimentos sociais ligados a luta pela terra, sobretudo nas décadas de 1980 e 90 (CORREIA, 2010). Por fim, com a renovada tendência de valorização das terras para a produção de *commodities* e extração mineral, a partir sobretudo da última década, novas camadas de complexidade são adicionadas ao processo de apropriação das terras e da água – realidade observada não só naquela escala regional, mas também nas escalas nacional e mundial (SAUER; BORRAS, 2016; FEDERICO; ALMEIDA, 2019).

As consequências destes processos se somam ao aprofundamento da crise econômica e política brasileira, a partir de 2016. Pesquisadores e movimentos sociais vem atualmente chamando a atenção para o fortalecimento de milícias rurais que atuam diretamente em truculentos atos de “reintegração de posse”, e indiretamente no controle de processos jurídicos e políticos relacionados à demarcação de territórios quilombolas, indígenas e ribeirinhos na região do alto-médio São Francisco (ANAYA *et al*, 2020). Dados recentes fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (2019), apontam para um crescente recrudescimento dos conflitos por água no município de Januária-MG - como a sua particular apropriação pelos grandes fazendeiros e a conivência de gestores públicos com a violência ruralista dirigida a ribeirinhos que se veem impedidos de

Minas como sinônimo de Cerrado, paisagem que sofreu grandes alterações decorrentes da instalação da agroindústria do eucalipto a partir da década de 1970. Geirazeiro, por sua vez, seria uma categoria identitária reivindicada por camponeses das localidades sobre as quais se estendem os Gerais. Fagundes (2019), ao propor um entendimento diferente sobre o tema, nos instiga a refletir sobre a mesologia do gerais, ou seja, sobre as particulares interações que se dão naquele contexto entre humanos, não humanos e um meio.



acessarem as margens dos rios, locais de grande interesse especulativo ou de rígida regulamentação ambiental (CPT, 2019; REPÓRTER BRASIL, 2020).

A “questão hídrica” vem ganhando cada vez mais centralidade na vida cotidiana das famílias que vivem sob insegurança de abastecimento, constatações que puderam ser feitas em trabalhos de campo realizados entre os anos de 2018-2020, nos municípios de Januária e Itacarambi, cidades localizadas na margem esquerda do alto-médio rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais (SILVA, 2021). Pretendemos aqui estabelecer um elo entre as implicações da escassez hídrica e as atualizações das formas de controle do território e de uso da violência naquela região. Para isso, acionaremos parte de sua formação territorial, sublinhando o caráter contraditório da estrutura política e fundiária regional. Por fim estabeleceremos conexões possíveis entre a reestruturação urbana de Januária-MG e os conflitos que vem eclodindo recentemente em sua zona rural.

2. O sertão do rio São Francisco: poder político na formação territorial

O coronelismo e o mandonismo constituíram os pilares da organização social no sertão mineiro até meados da década de 1970 – ainda que alguns de seus traços se mantenham atualizados no presente. A vida nas grandes fazendas e em suas imediações era ditada pela ordem de uma única autoridade, e o poder econômico de um fazendeiro estava fundado em certo direito de ceder terras para o plantio e criação de animais e assim “proteger” seus agregados contra um possível despejo por parte de grileiros. O favor, nestes termos, representava a dívida do agregado com o fazendeiro e, portanto, a moeda de troca vigente na época. Donos de fazenda eram comumente reconhecidos por prover as necessidades de seu contingente de agregados como, por exemplo, o pagamento a professores que lecionavam às crianças, a promoção das festas religiosas e a doação de certa quantia de cabeças de gado aos empregados de maior confiança. Essas práticas se configuraram em uma sociabilidade baseada em personalismos, cujas arbitrariedades praticadas pelo fazendeiro se tornavam legítimas (ANDRIOLLI, 2011; MEYER, 2015).

Com relação à estrutura de poder vigente, Eduardo Ribeiro (2010) nos explica que até meados do século XX, a forma de controle político em Januária e na região do alto-médio Rio São Francisco ocorria menos pela propriedade da terra por parte de um chefe, e mais pela violência armada de grupos: “Não eram grandes fazendeiros que se tornavam coronéis na política, ao contrário; a política era uma plataforma para bons



negócios, que dependiam mais do mando do que do acesso à terra” (RIBEIRO, 2010, p. 26). Assim, mais importante do que o tamanho da propriedade de determinado fazendeiro, era o número de agregados que compunham o seu exército particular e lhe asseguravam a força necessária à manutenção do poder.

Além do regime das fazenda, havia ainda na região o regime dos comuns, do gado criado à solta e da coleta livre de frutos do Cerrado. O domínio exclusivo de uma família sobre a terra se dava com mais frequência nas beiras de água – rios, riachos e veredas – onde o gado matava a sede. As terras se expandiam ao longo dos corpos d’água, mas sua demarcação encontrava um limite próximo ao gerais. A partir daí, as terras eram consideradas de uso comum, ou seja, não se demarcava e era livre a coleta de frutos e a criação do gado (RIBEIRO, 2010, p. 27).

O conhecimento era amplo acerca das atividades possíveis de serem combinadas naquele rico território: gerais para a criação à solta do gado, coleta de frutos e caça durante o ano todo; brejos e matas para plantio de mantimentos na época das chuvas; e as vazantes eram usadas para plantios de acordo com a cheia ou a seca do rio. Nesse sentido, Dayrell (1998) atenta para a existência de um regime camponês vigorando simultaneamente ao regime das fazendas de gado. Este era composto por famílias chefiadas por vaqueiros autônomos, escravos fugidos, indígenas, “desclassificados e despossuídos em geral” (ibidem, p. 69). Eles ocupavam os chamados “sobrados”, além dos sertões mais distantes e os campos gerais.

Ainda que a Lei de Terras de 1888 tenha representado mudanças substanciais no quadro geral da estrutura fundiária brasileira, nas áreas centrais do território brasileiro, incluindo a região do alto-médio São Francisco, as determinações desta lei tardaram a surtir efeito. O baixo interesse do governo brasileiro pela produção agrícola nas áreas de Cerrado, conhecido à época por suas “terras improdutivas”, fez com que aquela sociedade se mantivesse mais ou menos fechada sobre si mesma – ainda que conservasse importantes trocas econômicas inter-regionais. A industrialização, o aumento da produção técnico-científica, e sobretudo a abertura do Brasil ao capital estrangeiro, permitiram a exploração econômica do segundo maior bioma brasileiro e, como veremos, auxiliaram na territorialização da agricultura mecanizada e do capitalismo rentista naquela região, sob vastas consequências sociais e ambientais.



3. A chegada das “firmas”

A expansão dos incentivos fiscais para a modernização agrícola na região do semiárido brasileiro se deu concomitantemente à incorporação do Norte de Minas sob a área de atuação da SUDENE (Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste), em meados da década de 1960⁴. A debilidade econômica do semiárido brasileiro era comumente atribuída às condições “naturais” que marcam a sua geografia. Tal discurso por muito tempo ajudou a fomentar a chamada “indústria da seca”, conjunto de artifícios utilizados pela elite do semiárido para obter recursos públicos em nome do combate à escassez hídrica. Na prática, a utilização destes recursos se dava em benefício particular de fazendeiros e políticos da região (CASTRO, 1996).

Cumprе ressaltar que o slogan do desenvolvimento e a promessa de superação da condição de “atraso” consistiam nas principais bandeiras dos governos da época, de Getúlio Vargas, passando por Juscelino Kubitschek, cujo mandato vigorou de 1956 a 1961, até os governos militares, a partir do golpe de 1964, até 1985. Na centralidade do pensamento social e político brasileiro estava a ideia de que aquelas formas “arcaicas” de gestão fundiária representavam um entrave à expansão das relações capitalistas, quando em verdade esta era a contradição fundante da via brasileira de desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política (PIETRO, 2021).

A regularização fundiária para a expansão produtiva do eucalipto no Norte de Minas ficou a cargo da Fundação Rural Mineira - Ruralminas, uma empresa pública encarregada de ceder as terras devolutas pertencentes ao estado, a empresas privadas interessadas no chamado reflorestamento (NOGUEIRA, 2009; RIBEIRO, 2005). Segundo Costa (2017), as ações coordenadas pela Ruralminas, bem como as políticas promovidas pela SUDENE revelam que a apropriação privada das terras a partir das décadas de 1960 e 1970 foram não só estimuladas pelas políticas estatais, como

⁴ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1950 a partir de um planejamento construído pelo economista Celso Furtado (1920/2004), com o objetivo primeiro de criar uma forma de intervenção governamental que pudesse promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste. Assim, o primeiro desafio foi identificar o espaço definido como Nordeste, chegando-se aos seguintes locais: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais, que já estava incluída na região do semiárido. Após ser deflagrado o golpe militar de 1964 e Celso Furtado deixar o país, a SUDENE sofre uma mudança de perspectiva em direção a ações de valorização do grande capital através da facilitação a aquisição de terras na região do semiárido, tanto com finalidades produtivas quanto especulativas (COSTA, 2017).

essencialmente dependentes das mesmas. É possível ainda inferir que a Ruralminas fora criada com tal objetivo, indo ao encontro da velha prática estatal de incentivo e legitimação da grilagem de terras (COSTA, 2017, p. 237).

O desmatamento das áreas de interesse para o plantio do eucalipto se dava pelo procedimento do “correntão”, uma prática eficaz em derrubar toda a vegetação nativa para que fosse completamente carburada, retirando inclusive a sua raiz. Assim, preparava-se o terreno para receber as sementes forasteiras, sem que se aproveitasse em nada a vegetação original. As consequências imediatas da completa supressão da mata nativa passavam entre outros efeitos, pela brusca diminuição da disponibilidade de fauna para caça e pela diminuição da vazão dos rios e a alteração significativa do regime hídrico.

A expansão do crédito agrícola que assinala toda a década de 1970 apresenta uma retração no final da década seguinte, entre os anos de 1988 e 1989, devido a recessão vivida pelo Brasil nesse período, em parte resultante da estagnação econômica dos países industrializados. O arrefecimento da indústria do eucalipto nessa época, fez com que as empresas detentoras do crédito rural abandonassem os terrenos, outrora cercados e tomados por meio de violência ou irregularidade jurídica dos posseiros que ali residiam, e mirassem para uma nova expansão na direção da região Metalúrgica do estado. Assim, os plantios homogêneos de eucalipto e pinus em Minas Gerais passaram a ser concentrar na região central do estado, em decorrência das sucessivas ondas de expansão e redirecionamento do setor (NOGUEIRA, 2009).

Ainda que parte das atividades produtivas ligadas ao eucalipto no Norte e Noroeste de Minas tenham sido paralisadas, consequências ambientais e sociais continuaram sendo repercutidas ao longo das décadas posteriores. Em nossa pesquisa de mestrado, realizada no contexto da bacia do rio Peruaçu, afluente da margem esquerda do alto-médio São Francisco, identificamos irregularidades fundiárias advindas do intenso processo de grilagem de terras iniciado na década de 1970, em áreas de grande relevância hidrológica. Tal imbróglio fundiário foi ganhando novas camadas com o passar do tempo, na medida em que unidades de conservação ambiental se estabeleceram na região, a partir da década de 1990, tornando o acesso aos brejos e veredas, ambientes já profundamente alterados, ainda mais restritos (SILVA, 2021).



O processo de seca das veredas no Norte de Minas ao longo dos últimos anos vem gerando consequências que se expandem para além daqueles locais de grilagem e desmatamento da vegetação. Silva e Maillard (2011) destacam que o papel exercido pelas veredas enquanto um manancial de água, principalmente no período de escassez hídrica, não é proporcional à área que ocupam, por isso devastar alguns quilômetros quadrados dessa fitofisionomia equivale à destruição do equilíbrio de centenas de quilômetros quadrados de cerrado. Além disso, aproximadamente 80% das cabeceiras de afluentes da margem esquerda do médio rio São Francisco, apresentam-se sob a forma de veredas (BOAVENTURA, 2007), o que explica o fato de que a seca desses mananciais vem resultando na dificuldade de recarga d'água e na falência de inúmeros rios da região, a exemplo do riacho da Cruz; do rio Peruaçu (SILVA, 2021); e rio dos Cochos (RIBEIRO, 2010).

Como pudemos verificar em trabalhos de campo no vale do rio Peruaçu, o cultivo agrícola por parte das comunidades rurais tem estado inevitavelmente condicionado às ações e políticas públicas para a convivência com o semiárido, as chamadas “tecnologias sociais”: cisternas calçadões, telhadões e caixas d'água para captação de água da chuva. Além disso, a alternativa mais recorrente tem sido a perfuração de poços artesianos para captação de água dos aquíferos, estratégia que não raro se torna dependente da mediação política e, portanto, de um jogo de poder associado. É comum também que o acesso à água se torne uma moeda de troca no período eleitoral, reforçando e atualizando antigas relações de clientelismo, conforme observado também por Galizoni (2005) em pesquisas feitas na região.

Assim, o acesso a água vai se tornando cada vez mais condicionado ao poder econômico e/ou político de determinado grupo social. É comum também grandes propriedades produtoras apresentem dez ou mais poços artesianos, enquanto certas comunidades rurais do município de Januária – como é o caso de Araçá, no médio Peruaçu, com cerca de 80 famílias - contem geralmente com um único poço para atender a toda sua população. Assim, o uso coletivo da água em quantidade escassa vem resultando em conflitos que se engendram internas às próprias comunidades rurais e externas a elas (SILVA, 2021).

4. A seca e o urbano



Do ponto de vista das reestruturações urbanas, o crescimento das pequenas e médias cidades e o envelhecimento da população rural constituem uma tendência verificada no quadro geral brasileiro desde pelo ou menos 1980. Em Januária-MG, o percentual relativo à população urbana cresceu de 51% em 1991 a 63% em 2010, em face a um decréscimo da população rural, de 48% a 32% nos mesmos anos (IBGE, 2010). Ainda que a migração temporária constitua a realidade histórica do trabalhador do campo, a falta de água para o cultivo agrícola pode vir a se tornar determinante para uma migração definitiva. Chamamos a atenção para um prenúncio que já se revela presente através do crescimento de muitas das periferias urbanas da região.

Mesmo a comercialização de produtos da agricultura familiar em feiras livres, que servem de garantia para a complementação da renda das famílias, tem sido comprometida pela chegada de grandes empresas ligadas a redes varejistas de supermercados. Nesse sentido, a inauguração do primeiro hipermercado no centro urbano de Januária, em setembro de 2019, revela aspectos que valem ser aqui ressaltados. A rede “Supermercados BH” teve em Januária sua estreia no formato “atacarejo” e foi pensada pelos sócios Pedro Lourenço, Waldir Rocha Pena e Walter Santana Arantes, para atender, além de Januária, as cidades adjacentes, como Pedras de Maria da Cruz, Juvenília, Miravânia, Manga, Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, dentre outras⁵.

Vale ressaltar que um dos sócios da rede “Supermercados BH”, Walter Santana Arantes, é proprietário de grandes porções de terra do Norte de Minas. Em reportagem recentemente produzida pela Repórter Brasil, seu nome aparece vinculado a uma rede de milícias rural que vem conquistando maior espaço junto ao poder público estadual e federal⁶. Em outras ocasiões, ele já havia acionado processos de reintegração de posse junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) para promover a expulsão de acampamentos de famílias sem-terra em propriedades que supostamente lhe pertenciam, na região de Miravânia, próximo a Januária, conforme noticiado pelo site da

⁵ A rede “Supermercados BH” aparece em 7º no ranking das maiores redes de supermercados do Brasil em 2020, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

⁶ Reportagem disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/>. Acesso em: 05/11/2020



organização não governamental Cedefes (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva)⁷.

Nos países da América Latina e da África, a especulação fundiária, a grilagem de terras por agentes e empresas transnacionais, bem como a massiva desterritorialização das populações do campo correspondem a fenômenos que vem sendo continuamente acentuados na última década. A crise do capitalismo deflagrada em 2008, fez surgir uma necessidade de diversificação dos investimentos do capital financeiro internacional e colocou uma vez mais a terra como umas das principais alternativas de lucro, por sua capacidade produtiva, minerária e sobretudo especulativa, processo que vem gerando um aumento da corrida pela acumulação de terras, o chamado *land grabbing* (SAUER; BORRAS, 2016).

A crescente consolidação do capital varejista (redes de supermercado) e suas estratégias de controle e governança do setor agroalimentar, também pode ser apontada como uma das tendências do capitalismo financeiro-mundial. Ao investigar as regiões produtivas de frutas tropicais no semiárido nordestino, dentre elas o Vale do São Francisco, Bezerra (2015) chama a atenção para o fato de as grandes redes de supermercado, formadas geralmente por oligopólio mediante a atuação de importantes grupos no mercado internacional, exercerem grande domínio sobre o capital produtivo, influenciando decisivamente “na exclusão dos pequenos produtores, no controle de preços, na difusão de hábitos urbanos no campo, nas cadeias de valor de produtos alimentares e no controle de qualidade da produção” (BEZERRA, 2015, p. 109). Em suma,

(...) a combinação entre força oligopólica, controle das redes de produção e distribuição, definição dos preços e a conquista da credibilidade dos consumidores mediante a política de qualidade dos produtos fortaleceram o papel de destaque dos supermercados na governança das redes de produção. Tornando um desafio para os pesquisadores avaliar a extensão dos impactos sociais e econômicos engendrados pelas grandes redes varejistas (BEZERRA, 2017, p. 110).

No âmbito das relações contemporâneas entre campo-cidade destacamos, portanto, que a precarização da vida e do trabalho das classes mais baixas se dá de

⁷ Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/tjmg-manda-despejar-ocupacao-de-19-anos-em-miravania-no-norte-de-minas-injustica-que-clama-aos-ceus/>. Acesso em: 05/11/2021



forma simultânea nas duas unidades espaciais. De um lado, “os pequenos agricultores à margem da acumulação ampliada do capital do agronegócio são expulsos de suas terras ou resistem a duras penas, por conta própria ou com a ajuda ínfima de órgãos públicos” (CASTILLO, 2016, p. 270). De outro, as cidades pequenas que fazem fronteira com as agroindústrias aglutinam cada vez mais pessoas, comércios e serviços, sem que a infraestrutura urbana acompanhe o aumento da densidade populacional verificável nestas cidades.

5. Considerações Finais

O controle territorial exercido até os dias atuais pelos grandes proprietários de terra, remonta os tempos do coronelismo da primeira metade do século XX no Norte de Minas. Em sua versão atualizada, é possível perceber que o domínio econômico e político dos “coronéis” extrapola os limites do latifúndio e espraia pelo comércio e serviços dos centros urbanos das cidades, com vistas à obtenção de lucro não só por meio da produção agropecuária nas fazendas, mas também do monopólio do comércio nos centros urbanos.

Em decorrência da recente escalada conservadora na política federal, movimentos sociais e pesquisadores vem denunciando a completa desidratação de órgãos como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), responsável pela demarcação de terras junto às comunidades tradicionais que ocupam as margens do rio São Francisco, bem como a expulsão massiva e violenta da população ribeirinha destas áreas, por milícias rurais (Anaya et al., 2020), o que explicita o acirramento dos conflitos por água e terra na região.

O controle territorial se combina portanto em ambas as unidades espaciais, campo e cidade. Assim, a seca, mais que um fenômeno climático, deve ser lida face a este quadro em que estão presentes aspectos sociais e econômicos que distribuem desigualmente os custos da generalizada falta de água. Como temos percebido ao longo de trabalhos de campo na região do alto-médio São Francisco, além da distribuição desigual das águas provenientes de poços artesianos nas áreas rurais do município de Januária, grandes unidades produtivas estão muitas vezes situadas próximas às nascentes, em áreas de terras férteis, ao passo que comunidades rurais e unidades familiares se localizam em áreas de extrema dificuldade de abastecimento.



6. Referências Bibliográficas

ANAYA, F. C., OLIVEIRA, C. L. de, RIBEIRO, L. M. M., ARAÚJO, E. C. Antiambientalismo racializado, apropriação privada de terras públicas e resistências no médio São Francisco, Minas Gerais, Brasil. **Revista Antropolítica**, n. 49, Niterói, p.189-215, 2020.

ARAÚJO, Vanessa Marzano. RIBEIRO, Eduardo Magalhães. REIS, Ricardo Pereira. Águas no rural do semiárido mineiro: uma análise das iniciativas para regularizar o abastecimento em Januária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 12, 2010, pp. 219-233 Universidade Federal de Lavras - MG, Brasil.

BEZERRA, J. E. Redes de supermercados e a governança do setor agroalimentar: a produção de frutas no nordeste brasileiro. **Ra'e Ga**. Curitiba, v.42, p. 104 - 119, Dez./2017.

BOAVENTURA, Ricardo Soares. **Vereda berço das águas**. Belo Horizonte: Ecodinâmica, 2007.

CASTILLO, R. ELIAS, D. PEIXINHO, D. BULER, E. PEQUENO, R. FREDERICO, S. Regiões do Agronegócio, Novas Relações Campo-cidade e Reestruturação Urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12 N.18, p. 265-288, 2016.

CASTRO, I. C. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios e novos discursos no Nordeste brasileiro. In. CASTRO, I. et al. (Orgs.) **Brasil, questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1996.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. TJMG manda despejar Ocupação de 19 anos em Miravânia, no norte de Minas. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/tjmg-manda-despejar-ocupacao-de-19-anos-em-miravania-no-norte-de-minas-injustica-que-clama-aos-ceus/>. Acesso em 15/11/2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Os conflitos no campo em 2019**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em 20/05/2021.



CORREIA, A. I. As histórias dos gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

COSTA, S. H. G. **“Recantilados”, entre o Direito e o Rentismo**: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. 1998. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Internacional de Andalucia, Huelva (Espanha), 1998.

FAGUNDES, Guilherme Moura. **Fogos Gerais**: transformações tecnopolíticas na conservação do cerrado (Jalapão, TO). Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais – Tese (doutorado) IFCH/Unicamp. Campinas, SP: 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/januar/panorama>> Acesso em 15/06/2021

MARQUES, Marta Inês Medeiro. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 145-164

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.



PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira** (Org.). São Paulo : FFLCH/USP, 2020.

REPÓRTER BRASIL, **Ameaças, milícias e morte**: A nova cara do Velho Chico. Site: <https://reporterbrasil.org.br/velhochico/>. Acesso em 10/06/2021

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

ROSA, João Guimarães; Academia Brasileira de Letras. **João Guimarães Rosa**: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo- Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SILVA, Marília R. R. **Nas margens do rio Peruaçu**: a apropriação da natureza e a natureza das práticas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, T. A; MAILLARD, P. Delimitação, caracterização e tipologia das veredas do Parque Estadual Veredas do Peruaçu. **Revista Geografias**. Belo Horizonte 07(2) 24-39 julho-dezembro de 2011.